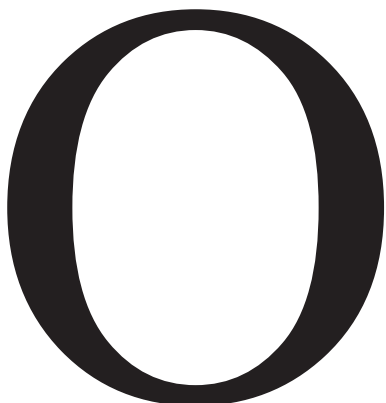


ASPECTOS DA HISTÓRIA DO LIVRO NO BRASIL

Lincoln Secco

O IMPÉRIO DOS LIVROS, DE MARISA MIDORI DEAECTO, SÃO PAULO, EDUSP, 2011, 448 P.



bibliófilo jamais é indiferente a um belo livro sobre livros. Outra não poderia ser a combinação para *O Império dos Livros*, da historiadora Marisa Midori Deaecto, professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). A obra vem a lume em cuidadoso trabalho da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). São 448 páginas em papel *chamois*, encadernadas em capa dura de tecido e sobrecapa de papel. O grosso volume em formato 16 por 23 cm guarda ilustrações e mapas especialmente elaborados para essa edição.

O livro consiste, entre outras tantas coisas, na narrativa das tentativas das obras e dos seus autores de existirem num país onde escasseavam as bases materiais para a produção editorial. Na falta daquelas bases, só o espírito se impõe como uma vontade de leitura do mundo. E o mundo se nos apresenta pela circulação que vincula o Brasil às redes mundias de comércio.

Em sua obra anterior, *Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930)*, editora Senac, 2002, a autora já havia seguido a mesma senda. Ao tratar de um momento em que o imperialismo se configurava, ela conseguiu revelar como a internacionalização dos mercados implicava o seu contrário: a internalização de funções urbanas mesmo sem uma indústria desenvolvida. O comércio, por isso, reordenou mais que o velho triângulo paulistano. Propiciou (ao lado de outros fatores) a própria industrialização, o comércio de mercadorias de luxo, a ação dos comissários, a modernização do Porto de Santos, e até criou o seu tipo urbano: o imigrante, que foi absorvido pelas novas demandas da cidade. Curiosamente, ela usou uma periodização política para tratar das economias da urbe, mostrando que a história econômica, como qualquer outra, pode aspirar à totalidade. É que tanto a Proclamação da República, com o encilhamento e as políticas de valorização do café, quanto a Revolução de 1930 foram mais do que mudanças políticas, elas se combinaram a crises e abriram novas perspectivas para o comércio e a indústria.

Agora, Marisa M. Deaecto lança o seu *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, cuja unidade é o século XIX. Na verdade, seu século XIX tanto recua ao XVIII, às Luzes e às origens de bibliotecas e interesses de leituras, quanto se estende à alvorada da República. O Primeiro Reinado, o período regencial e o Segundo Reinado aparecem suavemente demarcados. Não cronologicamente, mas pelas associações que nos remetem à fundação dos cursos jurídicos no Brasil; aos episódios de crise e adaptação a uma cidade modorrenta, provinciana, que recebe os filhos de uma classe mais abastada mas não mais “civilizada”; e à consolidação da Faculdade de Direito de São Paulo depois de 1850 ao lado de livrarias, gabinetes, bibliotecas e, possivelmente, novas práticas de leitura.

Orientada pelo historiador Edgard Carone, Marisa prosseguiu na pesquisa das formas de articulação da economia paulista com o mercado mundial. Nesse novo livro é visível o quanto ela mergulhou naquela hipótese de Caio Prado Junior: o comércio é uma síntese da estrutura econômica de um país. E ela aceita um desafio maior: a circulação de uma mercadoria que exige um saber e que é ofertada sem que haja antes um universo de leitores. Afinal, a demanda por leitura não é a mesma de outras mercadorias que não exigem o treino, o saber, o gosto e, em alguns casos (como o da autora), o amor pelos livros.

LINCOLN SECCO
é professor de História
Contemporânea
da FFLCH-USP.

Sem desvios ou recuos, a autora nos apresenta o resultado de uma trajetória intelectual honesta e coerente. Mais que a mera descrição de conteúdos, listas, catálogos e mapas tão bem confeccionados, ela nos oferece um ensaio sobre formas, o que justifica apanhar o todo a partir de um bem espiritual tão frágil e escasso quanto o livro.

Difícil definir sua obra. É, seguramente, uma história de São Paulo através da formação de sua primeira biblioteca pública e de sua academia de direito, das novas gentes que ela atraiu e dos circuitos de consumo de bens culturais que a urbe estimulou. Mas é também uma história dos espaços de sociabilidade que o livro proporciona. Não tanto dos salões literários, que só a marquesa de Santos manteve com os intuítos políticos de uma dama avançada para sua época, mas dos locais escassos em que os livros se deixavam consultar em horários encurtados, já que escasseavam as luzes.

Mais tarde, com a luz elétrica, os horários de funcionamento da biblioteca da academia de direito, dos cafés e das livrarias indicam que o livro deita raízes, torna-se bem de herança e também de produção com a multiplicação das tipografias.

Todo esse percurso atravessa os capítulos bem escritos e ordenados pela autora. São Paulo é, de início, a “cidade espiritual”: uma urbe em potência em que as primeiras instituições culturais ainda não determinam as práticas de leitura, tão rarefeitas no Brasil de ontem e de hoje. A acanhada cidade ganha seu curso jurídico por decreto em 1827, dois anos depois de consolidar sua biblioteca pública, formada pelas “livrarias” (assim se chamavam os acervos) do Convento dos Franciscanos e do bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira.

Os franciscanos perderam sua coleção de vidas de santos, obras teológicas e canônicas. Já a livraria de D. Mateus era, em parte, provavelmente herança da famosa biblioteca do terceiro bispo de São Paulo, D. Manuel da Ressurreição (1772-89), proprietário, nos fins do século XVIII, de 1.059 volumes (talvez mais). E ali os temas setecentistas que bordejavam as Luzes estavam presentes, como revela Marisa M. Deaecto.

A conformação da cidade espiritual, portanto, foi em tudo resultado não só das condições geográficas da Vila e de suas tradições, mas de um projeto iluminista propiciado pela conjuntura política do Primeiro Reinado, em que São Paulo foi palco de uma bernarda (termo que designa a pequena insurreição de sua elite), da independência política e dos amores de D. Pedro I. Assim, mesmo antes de ter um “povo” num país de escravos, as letras impressas e as livrarias foram se afirmando com a lentidão peculiar aos paulistas. Por todo o Oitocentos a autora nos mostra a distância entre as práticas de leitura toscas de uma classe de mandões locais e as exigências de refinamento das Luzes. Eram gentes gradas que não devolviam os livros emprestados, estudantes que arrancavam folhas de tratados para “estudar em casa” e tantos outros crimes. E não cabe aqui narrar o estranhíssimo incidente do padre José Antonio dos Reis, o bibliotecário. Que a sede do leitor seja saciada com a leitura da obra. Outros incidentes: o périplo de Álvares de Azevedo com suas encomendas de belas obras de Lamartine, os preços, os inventários, a cartografia do livro, as instituições de leitura, o aparecimento dos catálogos, o comércio francês, os espaços de consumo e até belas notas acerca de negociantes e amadores. Aliás, esta última palavra comporta a dubiedade do amante e do pobre amador ante o profissional que cobra preços dilatados. Isso em razão de uma paixão insegura que nutrimos pelos livros como objetos que se manuseiam com os olhos e demais sentidos.

O próprio livro de Marisa M. Deaecto já nasce como objeto do bibliófilo. Não só pela erudição da autora, afinal ela comenta com precisão cada detalhe tipográfico, os formatos, os autores, as várias edições, as traduções e os editores. Guiado por ela, o leitor não tem diante de si meros catálogos vazios ou inventários sem vida. Ela desce a minúcias documentais e afirma que a famosa biblioteca de Dona Genebra, por exemplo, não pertencera ao seu marido, o brigadeiro Luiz Antonio, de velhos troncos paulistas, mas sim ao baiano José da Costa Carvalho, a

quem ela se ligou em segundas núpcias. Estudado em Coimbra, esse *parvenu* adotou São Paulo e foi diretor da Faculdade de Direito.

A autora também conjumina descrição de paisagens, análise teórica e pequenas narrativas que encantam a leitura. Sua linguagem segura, por vezes sincopada, adentra até meandros do recinto familiar. Ela nos dá em primeira mão detalhes da vida de Anatole Louis Garraux, por exemplo. O estudo de seu testamento, escavado na França e cotejado com a escassa bibliografia existente, lança luz sobre o livreiro, que deixou marcas profundas em São Paulo e terminou seus dias em Paris, dono de uma fortuna considerável, situando-se na alta burguesia francesa.

Diante de cidades quase sem arquivos, de séries estatísticas descontínuas e testemunhos contraditórios, não estaria qualquer historiador diante de um mesmo dilema? A autora responde bem ao desafio. Seu livro é uma aula de história. Como historiadora, ela não recua. Apela às imagens, recorre à escassa documentação escrita, cria tabelas que mostram tendências incompletas e usa amiúde a intuição.

Um livro sobre os livros no Brasil não teria outra opção senão a de recompor a totalidade como uma pintura pontilhista. Na sua obra, Marisa Midori estabelece redes imperfeitas, é verdade, com suas lacunas e incertezas. Mas já é o suficiente para vislumbrar os pontos de articulação entre Brasil e Europa através das missivas, da trajetória dos leitores, de poetas ainda adolescentes e até através de relatórios e listas de livreiros e bibliotecários, como vimos acima. Assim, descobrimos as primeiras citações de Goethe, as leituras de Guizot e os ecos da Revolução Francesa. A história do livro no Brasil é, assim, tão internacional quanto a da economia brasileira desde os seus primórdios. Por isso, o livro em tela não seria de todo indiferente, mesmo para historiadores de outros países, que buscassem entender seus documentos de cultura pelo avesso: através da barbárie do colonialismo em todas as suas dimensões, mesmo as culturais.

O presente livro surge como um clássico, síntese de muitas determinações da vida

material e espiritual, reunindo a maior parte da literatura e documentação disponível para montar uma visão de conjunto da elite econômica e intelectual de São Paulo e até mesmo do Brasil oitocentista, já que pela Academia de Direito passaram os mais importantes membros da classe dominante.

Das classes dominadas ainda não se fala, como a autora demora propositalmente a dizer (somente na página 230). É só na margem do novo século que a imprensa operária se torna fato permanente, o que indica a presença de um “novo tipo urbano ou, antes, de uma classe”. É que, consoante conclui a autora, a história do livro reproduz a história da burguesia, de seus valores e limites. A história da literatura operária, de seus impressos e leitores, é outra.

As sutilezas desse livro não são poucas. A historiadora supõe o início da aventura das letras num país que se emancipou politicamente sem suprimir os traços essenciais de sua dependência econômica. A tese de fundo, portanto, não é compreensível sem observar a contradição que é a simples existência do comércio de livros num país iletrado. Num caso assim, só o estudo da circulação permite conceber as formas pelas quais aquela contradição pode se mover.

Tal realidade poderia iludir a nossa autora. Afinal, para que estudar a economia do livro num país em que a produção e o consumo estão desarticulados? Como tantas mercadorias “raras”, o livro oitocentista é um produto importado, capaz de refletir mais o repertório do centro do que de suas periferias. Como bem de consumo, seu volume não tem significado na balança comercial. Como bem espiritual, só alcança ralas elites semiletradas numa civilização árida e sem universidades, como a própria Marisa o demonstra à saciedade.

Sem dúvida, o Brasil das letras persistiu uma terra adusta. Tudo por aqui “chegou tarde, desgraçadamente tarde”. Antes mesmo de criar as bases de uma civilização letrada, o país importou suas ideias, aclimatou-as e seguiu carregando suas injustiças. O resultado a que chegamos não é uma terra onde correm o leite e o mel. Mas é dela que tiramos o nosso pão de cada dia.